

20 MAR 1999

SALÁRIO

ACM quer fim da vinculação entre mínimo e aposentadorias

O presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), vai sugerir ao presidente Fernando Henrique Cardoso que acabe com a vinculação entre o valor do salário mínimo e o benefício recebido pela maioria dos segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Isso, segundo ele, permitiria ao governo reajustar o salário mínimo sem comprometer o caixa. Estabelecida pelo parágrafo 5 do artigo 201 da Constituição, a vinculação existe a partir da obrigatoriedade de "nenhum benefício ser inferior ao salário mínimo". Isso faz com que 11,7 milhões dos 18,2 milhões de beneficiários que recebem um salário mínimo, tenham direito ao reajuste imediatamente.

Se sua idéia for aprovada, Antonio Carlos Magalhães prevê efeito retroativo para valer a partir de 1º de maio, Dia do Trabalho. Para ele, se o valor do mínimo aumentar, sem estar desvinculado, "quebrará a Previdência outra vez". ACM, que defende essa tese de separar o salário mínimo da Previdência, explica que essa nova sistemática irá possibilitar "um salário mínimo mais digno para o trabalhador, porque o atual é irrisório".

Enquanto se discute qual a melhor forma de reajustar o salário mínimo, as maiores centrais sindicais do país (CUT, CGT, Força Sindical e SDS) se prepararam para entregar dentro de 15 dias, ao ministro do Trabalho e do Emprego, Francisco Dornelles, propostas sobre modificações no artigo 7º da Constituição, que trata dos benefícios concedidos aos trabalhadores com carteira assinada.

Os representantes dessas quatro centrais sindicais do País discordaram ontem da proposta do ministro Francisco Dornelles de alterar esse artigo da Constituição. A idéia do ministro era de permitir que direitos como férias, 13º salário, aviso prévio e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) fossem livremente negociados entre as partes. Os sindicalistas argumentaram que, no momento atual, a flexibilização do artigo 7º só dará poder de barganha para as empresas.

CONSENSO

"O projeto está paralisado", declarou o ministro Dornelles, ao fim da reunião com os representantes dos trabalhadores. Na opinião dele, propostas de alteração da legislação trabalhista só devem ser encaminhadas com o consenso dos sindicalistas. "O governo não pretende enviar nenhuma proposta nova que não tenha o consenso das centrais sindicais", garantiu Francisco Dornelles, explicando que a intenção foi a de aumentar o poder dos sindicatos na negociação.

De acordo com o ministro, a perda de poder dos sindicatos é enorme, pois mais da metade dos trabalhadores brasileiros estão no setor informal. "Mais de 50% dos trabalhadores rejeitam a legislação trabalhista", disse Dornelles. Os representantes dos trabalhadores não concordaram com a posição do ministro. "As grandes empresas vão chantagear os sindicatos", afirmou o representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Marcelo Sereno.

Os representantes das centrais sindicais tentaram, durante a reunião, levar ao ministro do Trabalho e Emprego as reivindicações de aumento do salário mínimo para R\$ 188. Dornelles, entretanto, disse que o governo só vai se pronunciar sobre o assunto a partir da segunda quinzena de abril.

"Não vamos falar sobre o aumento agora. A indexação não vai ocorrer. Vamos convencer a população de que a economia do país vai se recuperar mais rápido do que se pensa, pois a inflação deste ano será muito menor do que a anunciada no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI)", afirmou Dornelles.